

STF determina busca e apreensão em casas de Eduardo Cunha

A Polícia Federal cumpre na manhã desta terça-feira (15/12) mandados de busca e apreensão na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no Lago Sul em Brasília, e em sua casa no Rio de Janeiro. Também ocorreram buscas na diretoria-geral da Câmara, órgão que celebra contratos e autoriza despesas. Entre os itens que foram apreendidos pela PF está o celular de Cunha e computadores pessoais.

Os advogados do deputado Alexandre Garcia de Souza, filho do ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza, e Davi Evangelista, acompanharam a ação dos policiais.

Além disso, a PF recolhe documentos das casas de outros dois ministros peemedebistas: Celso Pansera (Ciência e Tecnologia) e Henrique Eduardo Alves (Turismo). Outros alvos da operação desta terça são os senadores Edison Lobão (PMDB-MA) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), respectivamente, ex-ministros de Minas e Energia e Integração Nacional.

Também são investigados o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE), apontado como representante do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), em desvios na Petrobras, o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, o ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal Fábio Cleto, aliado de Cunha, e a empresa Estre, que tem como sócios o banco BTG Pactual, de André Esteves, que foi preso no fim de novembro sob acusação de tentar obstruir investigações.

A ação da PF, em conjunto com o Ministério Público Federal, é um novo desdobramento da operação “lava jato”. No total, são 53 mandados de busca e apreensão expedidos pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, referentes a sete processos. O objetivo é evitar que provas importantes sejam destruídas pelos investigados.

Os mandados estão sendo cumpridos em São Paulo (15), Rio de Janeiro (14), Distrito Federal (9), Pará (6), Pernambuco (4), Alagoas (2), Ceará (2) e Rio Grande do Norte (1).

Acusações contra Cunha

Eduardo Cunha foi [denunciado](#) pela Procuradoria-Geral da República em 20 de agosto pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Cunha é acusado de ter recebido propina no valor de ao menos US\$ 5 milhões para viabilizar a construção de dois navios-sondas da Petrobras, entre junho de 2006 e outubro de 2012. No entanto, o STF ainda não decidiu se aceita ou não a denúncia.

Em outro inquérito em tramitação no Supremo, o presidente da Câmara é acusado de ter contas na Suíça que não foram declaradas à Receita Federal.

Conselho de Ética

Também nesta terça, o Conselho de Ética da Câmara pode votar o parecer sobre a representação contra Eduardo Cunha por suposta quebra de decoro parlamentar. O novo relator da representação movida pelo PSOL e pela Rede, o deputado Marcos Rogério (PDT-RO), apresenta o parecer favorável ao prosseguimento das investigações. *Com informações da Agência Brasil.*

Autores: Redação ConJur